

As nossas estradas, pavimentadas, atingem, com seus troncos, 14 milhões de pontos da fronteira.

O Banco do Estado abriu agências no Nordeste, visando diretamente a liberação para o desenvolvimento daquela região.

Mais não me foi possível fazer. E teria, certamente feito, caso me dado governar em período menos agitado, menos fustigado pela inflação e violentas crises políticas e sociais. A consciência de brasileiro não me dói, Pacificado na consciência, não me sinto, porém, tranqüilo. Não me favoreço daqueles que vêm a obra terminada. Pelo contrário, sinto que ela começa. E aísto-me, agora como cidadão brasileiro, entre aqueles que não levam a termo. Porque, penso, que não basta aos governos elaborar políticas e pô-las em execução. Há uma tarefa para o homem comum, o cidadão brasileiro: formar e expandir esta mentalidade. Criar a consciência da necessidade urgente de concretizar, nas estruturas deste país, princípios de maturidade política, de democracia econômica e de justiça social.

Cidadão, não me despojo, antes me cinto das armas civis para lutar, as mentalidades jovens do meu País, como estas que propiciaram este livro, na batalha da construção de uma Pátria nova, justa, fraterna, livre e democrática. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Norte, Dr. Auzio Alves.

O SR. ALUIZIO ALVES — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sr. Governadores, Autoridades outras, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Direi uma palavra apenas, porque a palavra do Nordeste, nesta hora, é a mais verdadeira, mais autorizada, o Sr. Celso Furtado, que tomou seus ombros a responsabilidade, em nome do Governo Federal, de modelar o planejamento e a ação, as velhas estruturas que precisam ser substituídas no Nordeste para que o Nordeste reintegre a unidade nacional.

Direi apenas uma palavra de saudação aos novos bandeirantes que noite de unidade nacional, nesta noite de confraternização, de anseios e esperanças, resolveram e deliberaram repetir a cena da história, abrir novos horizontes que não de fazer das duas pátrias a pátria única dos nossos sonhos, nossas reivindicações, dos nossos anseios. O Nordeste — e aqui eu falo em nome dos governadores e dos povos que representam — o Nordeste recebe com contentamento, com alegria, com espírito fraternal a iniciativa de São Paulo, homens que há alguns anos promovem estes movimentos de estudo e de debate, homens públicos que se debatem sobre a realidade da parte mais pobre e humilde da pátria, dos homens da iniciativa privada que, afinal, vêm no Nordeste a tramitação do seu trabalho. Recebemos todos esses esforços, recebemos todas essas iniciativas na certeza de que elas nos chegam na hora em que realmente precisa que seus homens com toda a sua inteligência, com sua coragem, com todo o seu espírito público, se entendam para curar as feridas que sangram e que ameçam de todos os lados e riscos a unidade feita ao longo dos séculos e que pode ser perdida dentro de minutos ou de horas, ou de episódio que escapam ao nosso controle e à nossa atividade.

O Nordeste, pela palavra dos seus governadores aqui presentes ou ausentes, o Nordeste, pela palavra do seu povo, diz aos paulistas: "Bem-vindos os irmãos que querem ajudar-nos bem-vindos sejam aqueles que querem a história o gesto dos bandeirantes, bem-vindos sejam os construtores da verdadeira unidade nacional." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE — Tenho a honra de dar a palavra ao Ministro Furtado.

O SR. MINISTRO CELSO FURTADO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sr. Governadores, Sr. Comandante da 2.ª Região Militar, parlamentares, autoridades, meus senhores, minhas senhoras, não é sem emoção que aqui estamos para iniciar os trabalhos desta reunião de estudo promovida pelo Instituto Nacional de Estudos Superiores, sob a orientação do meu amigo Mário Carneiro.

Não foi também sem emoção que ouvi as palavras desse paulista há vários anos vem acompanhando e vem se preocupando com os problemas do Nordeste. E que ele se referiu a um passado recente e recapitulava fatos do passado recente que dizem muito de perto a todos nós nordestinos e, em especial, a nós que tivemos a responsabilidade direta na execução da política nacional do Nordeste.

Há três anos, quando nos reuníamos aqui, pela primeira vez, para estudar e problema da integração do Nordeste, a linguagem era muito distinta, amamos preocupados com a grande onda de ansiedade que havia surgido no Nordeste, como contrapartida de uma situação que se vinha deteriorando, vinha tornando cada vez mais flagrante, mais compreendida pelos nordestinos e cada vez menos aceita por esses mesmos nordestinos. Naquele momento reuníamos para decidir os problemas do Nordeste e dizíamos então grande problema nacional só se poderia resolver trocando idéias para esboçar uma estratégia para enfrentar esses problemas, na qualidade de responsáveis pelo governo deste País. Que situação encontrávamos então? Faz ou menos 4 anos, a situação do Nordeste era realmente dramática. A economia nordestina há mais de 20 anos que perdía substância e sua importância dentro da economia do Brasil declinava progressivamente. As massas que se acumulavam no Nordeste não tinham nenhuma oportunidade de emprego à sua vista. Os poucos capitais que se formavam no Nordeste eram para o Sul do País, em grande escala, e os recursos que o próprio governo federal colocava no Nordeste, colocava-os sem nenhuma preocupação do crescimento dos seus problemas ou os colocava inadequadamente, favorecendo a criação de uma administração totalmente fora da realidade e em conflito com os próprios anseios da população do Nordeste.

Já era comum no Nordeste, não se confiar no Governo. Se se via de uma iniciativa do Governo Federal de imediato a população se contra, consciente de que aquilo beneficiaria algum grupo ou que era promoção publicitária que estava ligada, de alguma forma, a uma eleição ou interesses de algum grupo. Havia-se chegado, no Nordeste, à situação dramática de os cidadãos não confiarem mais no seu governo. Não criam mais fé nos governadores. Era essa a situação há 4 anos.

O Governo Federal, consciente da gravidade dessa situação, contou com um grupo de técnicos brasileiros do Nordeste e do Sul do Brasil, para discutir, com franqueza, as perspectivas do Nordeste e definir uma linha que seria chamada, depois, uma nova política para o Nordeste.

Depois de amplo debate, chegamos à conclusão de que quase tudo, tudo que o Governo Federal vinha fazendo no Nordeste, estava sendo de forma inadequada e não obedecia propriamente a uma compreensão da realidade nordestina.

Disse-se então que o Governo, depois de 50 anos de fazer obras no Nordeste, havia contribuído para agravar a situação dos nordestinos. Disse-se abertamente. Não era segredo para ninguém. Não era segredo, por isso, que os grandes açúdes não haviam cumprido a sua missão de aumentar a produção de alimentos no Nordeste; não era segredo para ninguém que não havia alguma obra o Governo Federal havia retido na região semi-árida população cada vez mais excedente, população essa que representava um risco social cada vez maior, quando voltavam às calamidades das secas.

Não era, portanto, segredo para ninguém que o Governo Federal, efetivamente, contribuiu para agravar os próprios problemas da região nordestina. Nos grandes debates parlamentares havidos em 1958, a propósito da seca, vários deputados nordestinos fizeram essa declaração aberta, afirmando uns que naquela seca estava o Nordeste enfrentando um risco social muito maior do que havia enfrentado em 15, em 18 em 19, em qualquer outra grande seca na região.

Outros observaram que a ação do governo havia realmente contribuído para concentrar recursos em mãos de alguns povos, criando uma disparidade maior entre níveis de vida de grupos populacionais. Deste grande debate da Câmara, em 58, foi que surgiu a consciência nacional de que teríamos que caminhar para uma reestruturação da política nacional com respeito ao Nordeste.

Vou permitir-me exteriorizar essa política hoje, em poucas palavras, que tenho certeza de que o INES está essencialmente preocupado mais com o aspecto positivo, técnico, do que com a crítica objetiva do que se fez ou com a correção dos erros e acertos havidos. Se estamos reunidos em São Paulo, é para discutir sobre o que vamos fazer no futuro, não para nos referirmos a glórias e fatos passados.

Dizia eu que naquele momento, em 58, comprovamos que era necessária uma política nova e que essa política nova se orientasse por alguns itens. Dizia, primeiramente, que não seria possível desenvolver o Nordeste se o não ou a propriedade privada não compreendesse não seria possível lutar contra a seca como se a seca fosse inimiga do Nordeste. Era necessário compreendê-la como um dado do problema nordestino, como um dado real, e criar uma economia baseada nas suas condições ecológicas, isto é, uma economia capaz de resistir às secas, e não uma economia montada em obras contra as secas. Tínhamos que caminhar para um processo de adaptação progressiva ao desenvolvimento do Nordeste compreendendo-o. Se os açúdes não haviam prestado serviços que deles esperávamos, era porque havia algo de errado, ou com a localização, ou com a sua construção, ou aproveitamento. Portanto, era

necessário criticar o governo com absoluta franqueza e abrir caminhos novos.

O primeiro item, pois, era esse, o da criação de uma economia adaptável ao meio, na região.

O segundo item do nosso programa ou do programa do governo era o de que as terras úmidas do Nordeste terras essas que constituem grande patrimônio do Nordeste, pelo fato de serem escassas, devem ser intensamente aproveitadas e devem ser aproveitadas principalmente para proporcionar às populações nordestinas aquele alimento de que o Nordeste necessita e necessita. Se se pretendia diversificar a sua economia não era possível pensar nessas terras úmidas do Nordeste, aproveitando-as totalmente, na produção de qualquer coisa que não fosse consumida pelo Nordeste, como, por exemplo, a produção de açúcar. O açúcar não era o inimigo do Nordeste, mas, podia transformar-se num inimigo, na medida que não permitisse a criação de uma agricultura destinada à alimentação dos nordestinos.

Dentro dessa concepção é que era necessário reformular o problema agrícola do Nordeste. E, no trato dos problemas do chamado "Polígono das Secas", é que se dizia que o grande problema do Nordeste não é a seca, não são as regiões semi-áridas, mas as suas terras úmidas e inadequadamente aproveitadas, porque nessas terras úmidas estão dois terços da população nordestina. E justamente ali onde as terras são melhores, que está a maior miséria do Nordeste. Portanto, o grande problema da luta contra as secas não é tirar gente.

O terceiro ponto deste diagnóstico é simples. Era o seguinte: Se a economia nordestina vai-se desenvolver, tem que se diversificar e a diversificação de um sistema econômico só é proporcionada pela industrialização. Esta, por sua vez, a menos que haja condições especiais, como temos aqui no Sul, não pode ocorrer, que é o que se dá no Nordeste.

Portanto, a industrialização era condição "sine qua non" para o desenvolvimento do Nordeste. Não seria possível absorver a grande massa de sub-empregados, de desempregados das zonas urbanas do Nordeste. Já no ano de 1959 calculávamos em meio milhão o número de nordestinos que viviam nas cidades sub-ocupados ou desocupados. Não seria possível elevar o nível de vida dessa população, senão dando-lhe emprego — e isso só poderia se dar pela diversificação da economia, o que se conseguiria com a industrialização. Daí dizer-se que a intensificação dos alimentos industrializados era a base da nova população do Nordeste. Sabíamos muito bem que esse desenvolvimento dos investimentos industriais não iriam muito longe. É que a população agrícola nordestina não proporcionaria os alimentos de que necessitaria a população que trabalha nas indústrias, para sobreviver.

O quarto e último item do programa era ordenar melhor, imediatamente, o esforço do governo, a fim de que a infra-estrutura da economia nordestina fosse construída tendo em conta que o Nordeste é um sistema econômico e não um conjunto de Estados. O Nordeste não é apenas nove Estados, e por cima e por baixo disso há todo um sistema econômico, o qual deveria ser visto do ponto de vista regional. Em outras palavras, não seria possível ter um sistema de transporte, um sistema de infra-estrutura econômica para cada Estado e sim um início para a região toda. Penso que esse ponto de vista foi compreendido de imediato pelos próprios governadores do Nordeste, que contribuíram com o governo federal para criar o primeiro órgão que levaria a efeito esse plano. Não se trata, portanto, de entrar em conflito com a estrutura federativa. Tratava-se sim de conceber os investimentos infra-estruturais em função do quadro verdadeiro da população, na economia do Nordeste. Devia-se criar um mercado regional e, depois, articular-se esse mercado com o Sul do Brasil.

Era um diagnóstico sempre baseado no conhecimento direto da região e não numa análise estatística profunda. Esse estudo completo não existia. Entretanto, resultava de um debate amplo, que teve em conta a experiência prolongada de organismos federais, estaduais e de homens que trabalhavam no Nordeste, apaixonadamente, desde a época de Lisboa, quando se iniciou a antiga Inspeção de Obras contra as Secas. Evidentemente, após esse diagnóstico, tratava-se de passar à ação. Não era um plano, mas um diagnóstico. Era um conjunto de diretrizes para ordenar a ação do governo no Nordeste. A ação não seria possível sem reforma administrativa profunda — e a administração do governo federal se desorganizava progressivamente, a ponto de desaparecer como instrumento de trabalho no Nordeste, seja pela incapacidade de reter técnicos, seja por arrivismo, seja pela necessidade de inaugurar obras em outras regiões. Seria impossível a organização necessária para executarmos o plano e nesse momento em que se enviou à Câmara Federal mensagem solicitando a criação de novo órgão, que era, na verdade, uma reforma administrativa. O Parlamento debateu amplamente o problema, reconhecendo que acima de tudo deveria ser feita a reforma administrativa. Proporcionou então ao Executivo criar a SUDENE, cuja direção me foi confiada. Estava, portanto, feita a reforma administrativa.

Coube-me, três anos depois, ajuizar o que de concreto foi possível fazer. As esperanças eram grandes e nós nordestinos somos homens de esperanças. Havia muita expectativa, havia a idéia de que o Nordeste ia mudar no dia seguinte, com o surgimento das grandes obras. Pensava-se que se poderia irrigar no dia imediato, porque a água estava represada. Havia a idéia de que tudo se poderia fazer quase que imediatamente.

A realidade foi outra. A experiência está aí para servir de lição a todos. Uma reforma administrativa não se faz a curto prazo, porque depende essencialmente de formar homens novos — e estes não se improvisam. Toma tempo constituir uma equipe, formar esses homens.

A primeira grande tarefa foi formar no Nordeste um novo tipo de administrador federal, um novo tipo de homem ligado ao governo, consciente de sua missão e totalmente dedicado à sua obra. Houve quem dissesse que era necessário criar uma ordem para o desenvolvimento do Nordeste, com homens totalmente dedicados a isso, crentes da missão, apaixonados pelo trabalho e capazes de resistir a todo tempo às pressões, porque essas necessariamente viriam de todos os lados.

O entusiasmo da juventude nordestina é tão grande e a ansia dos nordestinos de mudar é tão tremenda que isto que parecia quase uma miragem foi feito em um prazo curto ou médio. Dois anos depois já possuía o Governo Federal no Nordeste uma equipe esplêndida de jovens treinados, trabalhando em tempo integral, dedicados totalmente à sua tarefa e estes homens estavam trabalhando com a concepção nova que era necessário imprimir ao administrador da região, isto é, a idéia de que não estamos trabalhando para apresentar um resultado, estamos trabalhando para solucionar os grandes problemas ou criar condições para que sejam resolvidos.

Dizíamos, sempre que depois de 50 anos de obras chegamos àquela situação em que estamos e se dentro de 5 anos estivermos dentro desta situação teremos falhado. Era esta a concepção. Imaginem os senhores que para iniciar um plano de desenvolvimento do Nordeste era necessário começar por um estudo sistemático do próprio Nordeste. O estudo sistemático do próprio Nordeste se havia transformado numa espécie de grande folclore. Sabia-se tudo, tinha-se opinião sobre tudo mas nada havia sido precisamente equacionado. Se pretendíamos, por exemplo, falar em irrigação, não possuíamos estudos sobre solos, não possuíamos um estudo hidroológico adequado; se pretendíamos estabelecer um programa no setor hidroológico inclusive para prever as secas e evitar as grandes surpresas das suas calamidades, não tínhamos uma rede de pluviômetros no Nordeste. Desta maneira, tudo ou muito, estava para ser reconstruído. E esse era um trabalho humilde, aquele que não se vê. Era preciso começar a construir um pluviômetro para começar a estudar hidrologia. E tínhamos, portanto, que nos armar de muita paciência, de muita humildade para abordar o problema desta forma.

Foi então que se iniciou, na tentativa de reestruturação a economia da zona semi-árida, a análise sistemática daquela zona, uma análise dos seus recursos de solos, de água de sub-solos, de superfície, a cartografia geral dos recursos florísticos, os pastos naturais, as possibilidades de pastos exóticos, as possibilidades do desenvolvimento de uma região desconhecida. Isto tudo representaria vários anos de trabalho.

Por outro lado, na zona úmida, o levantamento de solos também tomava vários anos. Hoje — três anos depois — recapitulando os quatro itens que aqui enumeramos, queria dizer que entre erros, emissões e êxitos chegamos mais ou menos ao seguinte: no que respecta à idéia de criar no Nordeste uma economia resistente às secas o nosso êxito foi apenas parcial.

Não possuímos hoje em dia ainda essa economia. Não possuímos sequer um conhecimento preliminar dos recursos da região para dizer que dentro de 5 anos teremos a seca controlada desse ponto de vista. O primeiro grande projeto de irrigação do Nordeste somente este ano começou a ser executado depois de três anos de levantamento sistemático de recursos. É um projeto feito à base de aproveitamento do emprego da energia de Paulo Afonso e das águas do Rio São Francisco.

Esses estudos permitem hoje afirmar que dentro de 10 anos o Nordeste poderá ter uma economia na região semi-árida, totalmente adaptada ao seu clima. Dentro de 10 anos teremos, provavelmente, de 100 a 200 mil hectares irrigados com a água do São Francisco e com essa generosa energia da Cachoeira de Paulo Afonso e, assim, efetivamente transformada a economia da região semi-árida. Quando digo transformada, quero dizer que no que se refere